

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital José Edmar, PMDB

Em 31/10/02

PLC 1871/2002

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Assessoria de Planário
DE 2002

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CAF e CCJ.

(Do Deputado JOSÉ EDMAR, PMDB)

Em, 05/11/02.

Flamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Planário

Dispõe sobre a desafetação e autoriza a doação com encargos da área que especifica na QN 510, de Samambaia – RA XII e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Lote 1 do Conjunto 2 da QN 510 de Samambaia – RA XII, medindo 1.500,00 metros quadrados, fica destinado ao uso institucional, atividade cultural e institucional-social/educacional.

Parágrafo único. A alteração de uso da área de que trata o *caput* fica condicionada a realização de audiência pública, na forma prevista no art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 2º Fica o Distrito Federal, por intermédio do órgão competente de sua Administração Pública, autorizado a doar com encargos, a área objeto do artigo anterior à Mitra Arquidiocesana de Brasília – Paróquia Santa Luzia - CNPJ n.º 00.108.217/0095-08.

§ 1º Fica dispensada a licitação para a doação de que trata este artigo, nos termos do art. 17, § 4º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º A doação será feita pelo instrumento jurídico adequado e observará o disposto nesta Lei Complementar, nos artigos 1º e 2º da Lei n.º 2.688, de 12 de fevereiro de 2001, e demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 3º Como contrapartida à doação efetivada na forma desta Lei Complementar, o donatário fará as edificações necessárias e prestará assistência social e educacional.

JFF

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
PLC n.º 1871/02
Fla. n.º 01 BIA

§ 1º Fica assegurada a prestação de forma continuada do encargo de que trata este artigo ao menor reconhecidamente carente.

§ 2º É de dois anos, contado da assinatura do instrumento de doação, o prazo para que o donatário inicie o cumprimento dos encargos previstos neste artigo.

§ 3º O donatário detalhará, em projeto a ser apresentado ao órgão competente da Administração Pública, as benfeitorias que fará na área doada e os encargos que assumirá na forma desta Lei Complementar.

Art. 4º O donatário fica obrigado a cumprir os encargos de que trata o artigo anterior pelo prazo mínimo de cinco anos.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo previsto neste artigo, fica o donatário desobrigado dos encargos por ele assumidos, passando a área mencionada no art. 1º desta Lei Complementar aos usos e atividades permitidos pelas normas vigentes.

Art. 5º O descumprimento das condições impostas por esta Lei Complementar ou pelo instrumento de doação enseja a reversão do bem ao patrimônio do Distrito Federal.

Parágrafo único. No caso de reversão de que trata o caput, o Poder Executivo indenizará as benfeitorias realizadas.

Art. 6º A área a ser doada, para os efeitos do art. 2º da Lei no 2.688, de 12 de fevereiro de 2001, será avaliada com base no valor do m² estabelecido pela lei que aprovou a pauta de valores venais dos imóveis do Distrito Federal para efeitos de lançamento do IPTU.

Art. 7º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados da publicação da presente Lei Complementar, adotará as medidas necessárias para que a doação seja efetivada

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

